

Postura, movimento e dor: epistemologias

Luís Coelho¹

ARTIGO OPINIÃO | OPINION ARTICLE

Do Corpo/“Espírito” enquanto imediatez nada poderia ser dito; para isso seria preciso o ato mefistofélico do pensamento, suposta liberdade racional a atentar a divisão, sem a qual não seria possível colocar a filosofia numa posição que, de ora em diante, será o próprio movimento. A analogia é uma necessidade, atendendo à permuta incessante entre Fisioterapia e Filosofia, com o propósito de ver a Unidade nas obrigatórias prestações do olhar.

O ponto de partida é sempre o da postura consciente, mas, no mundo das terapias, aquela surpreende-se, frequentemente, numa construção do próprio terapeuta, e esta é a que deriva de uma fenomenologia clínica, que, partindo do paciente, se devolve a este empaticamente, urgindo uma narrativa de comunhão que, no extremo, expulsa o duo para um Éden onde jaz, somente, a realidade “empírica” funcional isenta de atritos, como de forças excedentárias. Não se trata, aqui, necessariamente, de uma dinâmica sacrificial, ou de compaixão, é, mais, uma relação de Amor, que possui o ónus de estruturar e/ou de compen-sar, empurrando o dueto para um ponto inalcançável do Sistema, onde o desejo pode ser cerzido e o caminho/tempo lentificado.

Mas nem sempre a postura consciente se consente na espera redentora, pode ser que ela queira forçar higienicamente

o “outro”: com o tempo, uma resistência inicial poderá transformar-se, perder-se, originando um outro tipo de Éden, onde a Consciência se partilha ao devir, quiçá como regra única e inescapável. Este género de “deontologia” leva, ainda assim, bastas vezes, à reação forçada e inqualificável de uma moral que se assume, talvez, como herética. Ao tentar submeter o “paciente”, não havendo forma de o conciliar com o construto do terapeuta, transtorna-se o primeiro em agente, e a sua postura “errada”, “disfuncional”, poderia, assim, infetar, por sua vez, outros “pacientes”.

Quando uma postura agride o paciente, atemos, de algum modo, a ação de uma determinidade, que, naquele, se torna subjetividade dolorosa, na qual a dualidade se injeta, inflamando a realidade vindoura. A dor é a representação da dualidade, da polarização “Terapeuta vs. paciente”, “Sujeito vs. Objeto”, que afasta os polos da zona de equilíbrio, convidando-as a procurarem um apoio na Realidade. Vendo as coisas por um prisma sociológico, quando o novo Sujeito reage à polarização, tenta, de algum modo, atrair outros “entes”, fazendo crescer o seu domínio; e este pode gerar uma nova “episteme”¹, novel relação Razão-Realidade, com a mesma a poder concretizar um equilíbrio renovado, capaz, acaso, de submeter o próprio corpo. Com a conquista da Realidade,

¹ Licenciado em Fisioterapia, Especialista em Reeducação Postural pela Escola Superior de Saúde do Alcol-tão, Lisboa, Portugal.

processa-se novel despolarização, com necessária redução da dor. Esta é, aliás, a perspectiva de uma filosofia da “práxis”, acaso “pós-moderna”.

Não obstante o facto de o novo agente pacificar-se, isso não acontecerá sem que o “agressor” inicial reaja, por seu turno, ao crescimento do seu domínio, com um processo semelhante de exponenciação da sua Razão-Realidade; pelo que, obtemos, talvez, um plano dual de guerra, com cada um dos polos obtemperando resgatar-se para a zona de equilíbrio, de despolarização Sujeito-Objeto. A agressão dualiza e a defesa pede a condução à linha do equilíbrio, este retorno alimenta o prazer. Este diferendo desestabiliza, mas é a única maneira que o Sistema tem de evoluir. A decisão parecerá ser realizada pelos “duais”, pelos que se convertem, já que os “seguros de si” parecem evadir-se da guerra (não sem que haja, igualmente, a possibilidade de se verem desestabilizados pela Realidade, quando esta é suficientemente lesiva).

Quando um polo se adensa, isto resulta no crescimento de uma determinada realidade racional, e esta é, também, a aferência percetiva da geração futura, na qual existirão, tal-qualmente, os novos heréticos, patriarcas da transformação. A dualidade é, igualmente, este processo, parecendo perfazer-se entre dois polos principais. O desempate científico só poderia ser efetuado pelo que a Realidade possui de objetivo, de prévio. Ela mesma é a Verdade mais pura, primeva, e a despolarização seria como resgatá-la, reconduzi-la, já que a dualidade é o retorno a perfazer-se. Mas a Verdade plena será, quiçá, inatingível, pelo que subsistirá, constantemente, alguma du-

alidade, aliás responsável pela relação moral. A Ética extingue a moral, como a “consciência de”, e esta é requerida ao caminho, onde a dor satisfaz a mudança. Não sabemos, todavia, muitas vezes, se a dor se justifica, se a mudança compensa, é preciso que o caminho se faça para que a resposta possa ser obtida. No limite, a dor poderia matar, e, aí, teríamos, a mesma resultante tranquilizadora da despolarização, num Nada que é Tudo, e que precisa de ser adiado consecutivamente na “relação” vital, consciente, em que a dor segue como conselheira. A “morte” é, identicamente, o risco das “razões” pouco realistas, e que muitas vezes se prometem como salvíficas, pode ser que seja mesmo esse o seu paradigma, o que, de resto, nos rememora o objeto do “Espírito”, que será, porventura, ameaçador perante o ceticismo científico, como o são todas as formas de “placebo”, sobretudo quando concorrem para a dualidade, e não tanto como objeto independente.

É precisamente a zona de “dúvida”, da razão dual, que nos coloca o desafio, e, bem vendo, o paralelismo que se presume concebe-se como círculo vicioso, regressando sempre ao Sujeito, ao terapeuta, à sua inDeterminidade, prestes a perder-se para a paciência empírica. A circularidade é um Holismo dialético, onde a Verdade nunca se acaba, e onde cada “postura” parecerá falsa ou infalsificável², o Princípio é inalcançável, e qualquer “razão” ver-se-á desvelar-se e revelar-se em simultâneo.

Acontece com a postura neuromiofascial que ela se veja, tal-qualmente, afrouxada pelo dogma terapêutico, pela construção placebetária transtornada “nocebo”; a resultante é tornar-se o

movimento sofrível, nutrindo o círculo/ciclo de (necessidade de) alongamento. Quando dialetizamos “Reeducação Postural”³⁻⁵ e “Pilates” obtemos a perfeita analogia, precisamente porque o déficit e/ou excesso do primeiro torna o segundo forçoso, e este jogo de compensações, deformações, polariza significativamente os papéis dos envolvidos, podendo levar à disfunção. Somente o equilíbrio alongamento » mobilidade » força⁵ pode propiciar a harmonização do duo terapêutico, de modo a que postura e movimento se permitam reciprocamente com menor esforço ou dor. Trata-se, então, de promover uma forma de monismo Sujeito-Objeto, em que a resultante futurável seja devolvida à (quase) Unidade, pela aferência “adequada”⁶, ficando, portanto, o Espírito a alimentar-se da razão noética⁷, para a qual contribui uma dianóia de aventura e exploração organicista, de resto o desiderato do provir temporal em que a postura se agiganta, cresce, patrocinando maior tolerância às renovadas dualidades.

Não abandonando, de forma alguma, o plano de uma liberdade relativa, de uma viagem dialético-fenomenológica, o “casal” terapêutico concilia(-se) e liberta(-se), burilando outras relações de equilíbrio (i)racional. O movimento “livre” é, na verdade, “livre-arbítrio” condicionado por um pretérito Eros⁸, entretanto aproximando-se de “Thanatos”, que é o sentido do “pathos”, da dúvida. O fim cria o novo Princípio, o processo é a polarização, que culpabiliza o duo, reconstruindo novel círculo de apreensão do Insofrimento iniciático. Portanto, o movimento desenha a postura, primado da tranquilização moral, a partir do

qual a defesa reinicia a “queda”. Se a postura é indiferente, também a dúvida o poderia ser, já que coloca em igualdade diferentes pontos de expressão motriz, e estes debatem-se pela tolerância, não sem que a luta, o poder, a ameaça e delineie em simultâneo. O “Espírito” é, tal-qualmente, o conjunto de todos os princípios e polarizações, a “matéria” é ver o que o constitui e reduz, é verificar o plexo das escalas, a partir do qual “Espírito” e “matéria”, Sujeito e Objeto, se igualam. Esta é a postura indivisa, bem como o movimento melíflu.

Há, no entanto, “Espírito” em cada in-momento, com ou sem moral, mas o primeiro é, igualmente, o avanço tónico superegóico, perante outro Superego, que brota como manifestação inconsciente. A “relação” é a própria consciência, enquanto equilíbrio momentâneo entre Id e Superego, mas a Consciência maior é, também, o posicionamento, onde jaz a pacificação fenoménica, já a ciência remete-a a um Coletivo “real”, que é, apenas, maioritário, buscando um Absoluto, a Causa maior, o Princípio dos Princípios⁹, irrecuperável, e, portanto, detentora de uma maioria insofrida onde o “quantum” numeral pretende glosar o “quantum” de um sofrimento idiosincrático, inquantificável. Tudo se inicia e termina num Inconsciente erótico, incestuoso, pedófilo, o estado de Ser faz sofrer moralmente um Ego desabrido, e já se arranca da estabilidade para movimentar “inferiormente” com que pode crescer o “Espírito”, não sem que este perca o que o reduz e mobiliza, bem como o que produz o seu retorno perpétuo.

Se a dualidade se estabelece na materialidade salvífica, é porque ela atenta

à Realidade dominante fiscalista, mas também poderia esta ser menor face à realidade espiritual, a “episteme” dominante pacífica, no tempo “moderno” é a espiritualista a herética. O clássico duelo “Espírito vs. matéria” só interessa na medida do conflito, já que cada polo se revela libertador: os “seguros de si” excluem-se e os “duais”, bipolares, bissexuais, agarram-se ao que domina, sendo este processo alicerçado na insegurança polarizadora. Não obstante tudo revoltear no mesmo eixo, regressando sempre ao mesmo ponto, que implica que a “dor” é sempre a mesma, a ausência de dor acarreta o alinhamento “Espírito vs. matéria”, com uma dualidade mínima a acarrear a objetividade científica requerida a um caminho que, de resto, nunca se concretiza.

Vemos, assim, que o Terapeuta/criador reinicia constantemente um processo de paciência empírica, dialética, em que a criatura se compensa ou sublima; em ambos os casos, urge a Síntese construtiva, que alinha “espírito” e “matéria”. A compensação reforça a Unidade espiritual, a sublimação reage à dualização e tenta conquistar a Realidade moral, o que, por seu turno, patologizaria o Terapeuta, entretanto, tornado paciente, e já tentando, igualmente, conquistar moralmente o Real. Quando “Espírito” e “matéria” agem em confronto contraí-se a mudança, necessariamente limitada pela própria mecânica da dualidade. Quando os primeiros se alinham, esboça-se a Unidade insofrida, e é aqui que ambos os agentes se matam plenamente, o que nos rememora que todo o ato terapêutico visa matar o paciente, já depois de ter sido manipulado, reconstruído. Se a paciência perdura,

outras mortes se transtornarão no eixo temporal da Consciência, o qual permanece infinitamente, tomisticamente, como o é o caudal das possibilidades arquetípicas, morais, onde o processo de desvelo remete, consecutivamente, para um fenómeno tomado pelo Númeno¹⁰, ou seja, por um Espírito que se materializa (e que, na verdade, redesenha o Princípio) na medida em que era matéria por desvelar.

Opondo realidade fiscalista à estritamente racional, divisamos na primeira o modo com que o Sistema é transposto ao rigor, açambarcado pela Realidade crua, que possui, certamente, a última palavra, se bem que nada é certo, mesmo o seu prescritivismo tange a sua transformação; se esta Realidade ordena a Razão, nem por isso ela se opõe à dinâmica “dual”, como apresentada, vertida no seu psicologismo, no seu fenomenologismo, pode ser que este tenha de ser estancado, para só posteriormente se anelar o fiscalismo, no qual a mudança é empírica, “real”, nua; não que o fenomenologismo “imediato” não esteja lá sempre no Perceto momentâneo, na abstração, bem como o “estado de Espírito”.

A perpétua dualidade “Espírito vs. matéria” é frequentemente rememorada por uma Psicanálise, que, transferindo o Inconsciente para o “inferior”, o coloca a polarizar, a materializar, realizar, o seu conteúdo numa aparente liberdade, entretanto, ameaçada pela Cultura, pelo “Princípio da Realidade”, que, ainda assim, a vitaliza, adiando a tão demonizada psicotização nadificadora, processo de incesto, coito, meditativo, ao qual a Psicanálise, o “materialismo dialético” resiste, estancando o movimento,

o tempo, na aproximação àquele Nada. A Psicanálise materializa o “Espírito” e atenta à sua sinergia com a Realidade, e o segundo, mesmo enquanto paradigma, convida à sujeição compassiva. Entretanto, ao perpetuar o jogo dialético, pode a Psicanálise ameaçar o “eterno retorno”, que, servindo muitas vezes mais as necessidades do terapeuta do que do paciente, adia consecutivamente a obrigatória “materialização”, parecendo, entretantes, que o tempo se perde e recalitra num Holismo que não leva a nada, limitando-se a redesenhar o “meio-termo”, a relação Razão-Realidade, denegando a linha dum positivismo analítico, dum estabilidade que, de algum modo, parece “Espírito”, Postura, segurança identitária perante a qual a dualização moral é a razão “insegura”, que se agita no seio de uma ameaça imperecível. A dualidade incrementa a dualidade, multiplica a “queda”, o encurvamento, o intento de reforçar e desculpabilizar em simultâneo, quando a plena desculpabilização deve “alongar”, aumentar a zona de tolerância, ampliando a aceitação dos instantes, das funções indolores, das posturas funcionais. A polarização perpétua mata, e a vida também, o paradoxo obriga a dar no cravo e na ferradura, e exige algum modo de “Totalização”, se bem que nunca deixamos de sorver a referência neuronal, real, racional, limitada, bem como o aprisionamento ao logocentrismo, ainda que este se espere na objetividade, tentando reagir cartesianamente à (i)rracionalidade espinosiana, outra forma de “Totalidade”, monismo, que existe, constantemente, no Real que é sempre racional, em cada uma das razões pelejando pela adaptação, pelo prolongamento

da Consciência, da Cultura, desejando e obliterando, em simultâneo, o Nada que nunca deixámos de ser.

É, igualmente, no Nada, que o espiritual “Superior” e o “inferior” se reconhecem na elementaridade, na “Physis”, a partir da qual sempre determinam algo ou alguém a polarizar outro alguém, e, com isso, a regressar ao “Nada”. A polarização culpabiliza com que o próprio se pode justificar, desculpar, pelo que a “moral” é consecutivamente impingida, modo pelo que o “Ego” se torna ético. A conquista da Realidade moral é como esticar o eixo “Superior – inferior”, acoosando demiurgicamente o “outro”, que, por sua vez, também se transtorna “Superego”. De onde quer que venha a moral, ela sempre se determina a partir de uma temporalidade, de uma Causa incapturável, confundida com o seu elementarismo, a sua singularidade quântica, fazendo por regressar a esta, no “Arché”. O processo é incessantemente idêntico, e a solução é a própria “Totalidade”.

Assumindo que cada “ente” é dual, “*Pater – mater*”, um dos seus polos prevalece e luta pela unificação, em contexto de dualização, independentemente de ser “Espírito” ou “matéria”, porque a sua natureza fenoménica visa sempre a Unidade mesmo quando trata de um corpo, de uma representação da dualidade. E nada obsta à dualização do que, fenomenologicamente, é “Espírito”, mesmo que se mantenha a representação de Unidade, pode até ser que uma representação seja esmagadora e possa esculpir novel Ciência, novo equilíbrio racional, mas as variáveis fundamentais mantêm-se numa luta racional de conquista moral, que, bem vendo, é da na-

tureza de uma fenomenologia variável. A conquista ética é da ordem da “razão prática”¹¹, é esta que permite redesenhar a relação terapêutica, bem como a disputa de morais, razões, que, bem vindo, redesenham, igualmente, a posição de equilíbrio do “dever”, o qual implica, sempre, que há uma escolha por perfazer na zona de dúvida, que é o ponto onde os agentes se propõem a tolerar a incerteza, e a recriarem a Impassibilidade tendencialmente indual, que, no (i)limite, extingue com que se há de escolher, e com quem se há de lutar.

O Vazio é o Absoluto e este é dual, e a sua luta pelo equilíbrio polariza, igualando o Sujeito ao objeto de transformação, já que o primeiro determina o segundo e vice-versa, mas cada ciclo conseguirá aumentar o tamanho da “razão pura prática”, que acarreta um consequencialismo pujante, o qual desenha a própria Deontica. Que o jogo se processe a partir de um Princípio dos Princípios, isto implica que todas as polarizações sirvam como compensações, mimetizações de Princípios, confirmações da mesma Vida¹², da mesma Vontade¹³, e o *Cogito* limita-se a recriar a circularidade, e quando esta se faz contradizendo cada polo, obtemos o ceticismo, que é confirmar o “meio-termo”, o qual desemboca dum Princípio, esse “meio-termo” é, também, a Ciência, mas se esta se dogmatiza comporta-se como domínio polarizador, “espiritual”, capaz de urdir a sublimação no “Espírito” liberal, idiossincrático, quiçá futuro domínio novel, livre, supermoral, “imoral”, acaso culpabilizador de outrem; vemos, assim, como tudo é um “Igual”. E esse “Igual” inclui a equilibração “interna” do “duo” que cada “agente” perfaz, numa jogatina

fenomenológica de modelos, encarada da consequência para a Causa, e constantemente modificada no “ciclo vital” da relação, como do Coletivo, tomara que a relação se extinguísse no Nada, mas este é o pecado “mortal”, que é ser relativista, a fusão equaliza a dualidade maior, e a Consciência não consegue ater essa possibilidade, a morte do Ego, quando a perfeita individuação ética avizinha o Ser da paz, num “locus” onde deixará de desejar transcender, mas onde, de algum modo, (ex.)terapeuta e (ex.)paciente são, já, deuses, no sentido em que fazem/são Amor, se (entre)matam, se esgotam de/a “moral de ressentimento” e de “vontade de poder”¹⁴, e se preparam para tanger a necessária compaixão, comunhão edipiana e transferencial, que é puro Objeto sexual, “racionalidade libidinal”¹⁵, onde a flexibilidade se transpõe, os papéis se comutam, os movimentos e as forças se facilitam, e o “Eu” passa a reconhecer-se no “Outro”, e na liberdade poética de Ser, num Presente em que a inflamação e a algia são encaradas despreocupadamente como coisas da vida normal, pueril. Não que a Unidade não se conceba como mera etapa de uma Unidade maior, sendo, também a primeira, redutível a diferentes Egos e conquistas eróticas, as coisas definem-se em termos de outras, e o tomismo recaptura-se (na dualidade heraclitiana “Postura vs. movimento”), e este é, igualmente, liberdade, “eterno retorno”, com seu permanente correlato psicofísico (e cada um destes é um instante, um “locus” na escada da Consciência momentânea, no Agora).

E o correlato são lugares dispersos, escalas obtusas, num Sistema onde o papel de um Superego empreende o parricídio,

a polarização, que é avanço e recuo ao mesmo tempo, o avanço esconde um recuo, como a Luz esconde as trevas, duas faces da mesma moeda, bastando-nos, somente, o conflito edipiano, que traduz a dualidade moral, a partir da qual o Domínio se expressa na descensão, que é simultaneamente ascensão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Foucault M. *Les mots et les choses*. Gallimard; 1966.
2. Popper K. *Sociedade aberta e os seus inimigos*. Editora Fragmentos; edição original de 1945.
3. Mézières F. *La révolution en gymnastique orthopédique*. Paris: Vuibert; 1949.
4. Souchart Ph-E. *Souchart Ph-E. Le champs clos*. Paris: Maloine; 1981.
5. Coelho L. *O anti-fitness ou o manifesto anti-desportivo. Introdução ao conceito de reeducação postural*. Quinta do Conde: Contra-Margem, 2008.
6. Espinosa B. *Ética*. Lisboa: Relógio D'Água Editores; edição original de

1677.

7. Platão. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
8. Freud S. *Para além do princípio do prazer*. Lisboa: Relógio D'Água Editores; edição original de 1920.
9. Fichte J. *Fundamentos da doutrina da ciência completa*; Lisboa: Edições Colibri; edição original de 1794/1795.
10. Kant I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; edição original de 1781.
11. Kant I. *Crítica da razão prática*. Edições 70; edição original de 1788.
12. Henry M. *O começo cartesiano e a ideia de fenomenologia*. *Phainomenon*. 13:179-190.
13. Schopenhauer A. *O mundo como vontade e representação*. Rés Edições; edição original de 1819.
14. Nietzsche F. *Humano, demasiado humano*. Edição original de 1878.
15. Marcuse H. *Eros and Civilization – A philosophical inquiry into Freud*. Boston: Beacon Press; 1966.